

A CAVALARIA HIPOMÓVEL E O SEU DRAMA NO BRASIL

Cel. AGUINALDO DIAS URUGUAY

Transcrito da Rev. Mil Rem. Vet., de dezembro de 1953

NOTA DO AUTOR — A presente palestra destinou-se a ser lida em uma reunião de oficiais de cavalaria em Mesa Redonda, a que o autor não pôde comparecer por motivo de férias.



UIDA-SE atualmente de focalizar, discutir e concluir sobre um problema de veras importância pelo reflexo que produz a doutrina de emprego da força ter-

restre na Defesa Nacional.

Não há exagero nas minhas palavras.

Realmente, há uma preocupação acentuada acerca do emprego do cavalo na cavalaria e como energia dos veículos de emprego bélico. O problema transpõe fronteiras, já tem enchido cadernos e mais cadernos de papel e expendido muita tinta.

Tem-se dito sempre que questões como esta devem ter solução procurada com decisão, ânimo forte, sem medir o sacrifício que ela imponha a velhos cânones. Estou de acordo, e por isto há que corajosamente fazer um exame da situação, pesar e muito bem todos os fatores em jogo, as circunstâncias ocorrentes para que aqueles passos decisivos não nos conduzam ao erro irremediável ou ao sacrifício inútil de recursos quase sempre conducente a perdas irreparáveis de vidas.

Sabemos muito bem que, para atender às contingências mundiais, uma nação ultrapoderosa do ponto de vista econômico e, conseqüentemente, militar, aboliu completamente o uso do cavalo na arma de ca-

valaria e mesmo nas demais organizações, para a tração de seus veículos. Trata-se dos Estados Unidos da América do Norte, cujo potencial industrial é por assim dizer fantástico e além disto, conta com fontes de energia capazes de substituir integralmente a potência mecânica daquele animal.

Sabemos também que outra nação poderosíssima, que tomou parte na última conflagração, ainda não abriu mão do heróico bucéfalo que desde o passado até hoje vem traçando luminosa trajetória na vida militar do continente europeu. Esta é a Rússia.

Não esqueçamos, e nem seria lícito admiti-lo, as duas potências militares, França e Alemanha, que sempre até aqui têm mantido, com alterações é certo, o seu potencial enriquecido pela tradicional cavalaria das cargas memoráveis que grande número de vezes decidiram da sorte das batalhas nas planícies daquele continente.

Muito de propósito alinhei exemplos de países que pelos seus recursos industriais e de fontes de energia bem poderiam ter prescindido do cavalo nas suas forças de terra. E fi-lo para a meditação desta colenda assembléia de entendidos e de patriotas, interessados em preservar o exército de sua pátria de derrotas ou desastres a que sempre conduz a inércia ou a desídia no trato de assuntos im-

portantes e vitais que dizem com a sua doutrina militar de que o presente é uma faceta bem importante. Foi para recordar-lhes que o cavalo não está relegado a desparecer totalmente e sempre houve razões tão poderosas para conservá-lo como o foram para afastá-lo.

Que houve então para chegarmos a esta encruzilhada?

Antes de mais nada, devemos levar em conta que aqueles povos europeus, desde tempos remotos, devido a razões óbvias, têm sido padrões de nossa organização e guias de nosso procedimento, e atualmente assim continua a ser com relação aos norte-americanos; então, mesmo que não devamos desprezar sua experiência, o que se evidencia para nós é que o problema tem de ser estudado, refletido e ponderado com decisão, por nós mesmos, como cada um deles o fez, e levando em conta as nossas necessidades e possibilidades próprias, características, inconfundíveis e que nos põem a salvo de qualquer preocupação de imitarmos ou não a idéia estranha.

Iniciemos então a questão com a seguinte preliminar:

A — Pode o Brasil, nas atuais circunstâncias, abandonar completamente o cavalo, substituí-lo pelo motor, integralmente, e enfrentar os duros problemas de uma guerra que surge em espaço de tempo que é imprevisível mas que devemos esperar seja curto? E deve fazê-lo correndo o risco de uma dependência estrangeira excessiva, como atualmente ocorre, seja no que diz respeito ao material, seja no que concerne ao combustível e acessórios?

B — Pode o Brasil arcar com o risco de abolir completamente a motomecanização de seu exército, adotando exclusivamente o cavalo como ariete principal nas mãos de seus cavalarianos e atrelá-los aos veículos de toda a sorte?

C — Ou deve sensatamente, acompanhando o progresso geral das nações cultas e desenvolvidas, adotar tanto quanto lhe permitam os recursos, aqueles esquadrões coraçoados de inequívoco valor e com-

plementar suas organizações terrestres militares com os tradicionais centauros que tantos serviços têm prestado até aqui e de que tão belas páginas têm ilustrado a nossa brilhante história militar?

Não me perderei em abordar detidamente nenhuma das duas extremistas soluções.

Ficarei com a última e desejo, com a frágil argumentação de meus modestos recursos intelectuais, mostrar, ou melhor, recordar aos senhores que, atualmente, parece que algo tem andado errado entre nós: por se ter julgado que o cavalo é obsoleto, pensou-se em dar um grande impulso inicial à motomecanização, que depois se tornou indeciso, e só não se eliminou de vez a cavalaria e o transporte hipomóveis, talvez pelo receio de assumir essa atitude.

Examinando-se com atenção as condições peculiares ao nosso país, chegaremos à conclusão de que a solução mista é uma imposição dessas mesmas condições.

A questão do petróleo ainda não foi equacionada, quanto mais resolvida, para que nos possamos fiar nesse recurso vital de que depende o emprêgo exclusivo do material e armamento motomecanizados.

Ainda nossa indústria, aliás até aqui organizada em bases pouco sólidas, pois que não se fundamenta numa agricultura nacional, dependendo demais do estrangeiro; essa indústria não suporta a satisfação das necessidades de paz, quanto mais a daquelas com que lhe iria sobrecarregar a nação em pé de guerra, hoje em dia esta completamente total. E as razões dessa mesma incapacidade, que não exclui o nosso reconhecimento de seu grande progresso relativo, são de várias ordens, na sua maior parte resultado de uma mentalidade estranha de nossas elites, que além de não tomarem conhecimento das realidades, ou delas terem noção incompleta, não têm, até agora, proposto soluções de âmbito global nem pelo menos conduzido os estudos de questões vitais com esse sentido de integração.

Vejamos em poucas linhas como se apresenta a questão do suporte que a indústria poderia dar à defesa nacional para capacitá-la eficientemente.

Sabemos que, mesmo sem motomecanização, o fornecimento de armamento, munição, materiais diversos, veículos, fardamento, arreamento, equipamento, etc., e mesmo o suprimento de bôca, medicamentos, etc., não pode ser atendido exclusivamente por ela. Ainda que se considere que nenhuma nação consegue bastar-se completamente, devemos ter em conta, entretanto, que da fonte alienígena, normalmente, se deve esperar sômente uma complementação em fraca percentagem relativa às necessidades globais, ressaltados os casos da falta absoluta de certos itens realmente inexistentes na produção do país.

Então, se nos reportarmos às fantásticas necessidades de material mecanizado, de pronto encontramos a se defrontarem, de um lado, as necessidades em cifras que alcançam milhões de toneladas, em se tratando de aço, de outro lado, a modesta contribuição, aquém do milhão, de nossa Volta Redonda, incipiente marco gigantesco e patriótico esforço, completada pela antiga e obsoleta siderurgia de carvão de lenha. E o fornecimento de motores, de peças sobressalentes, material de comunicações e outros de que depende o funcionamento de toda a complexa maquinaria motomecanizada?

Basta, senhores, que fiquemos por aqui, porquanto já esbarramos em dificuldades difíceis de ultrapassar a não ser com o auxílio do tempo, que quanto mais longo, mais entaves traz ao progresso geral e à defesa nacional.

Consentida que está a decisão do emprêgo misto do cavalo e do motor, iniciemos as considerações com que procuro responder ao chamamento de meus pares, com a minha modesta contribuição.

O uso dos blindados espalhou-se, em todos os exércitos modernos, por tôdas as quatro primitivas armas terrestres ou sejam, infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia.

Entretanto, maior concurso prestaram aos organismos de feição e objetivos peculiares à nobre arma de cavalaria cujo espírito o motor não conseguiu apagar, pelo contrário: só a arrojada mentalidade dos antigos centauros conservada e ampliada pelos modernos é que poderá dar vida e ardor às hodiernas falanges couraçadas cujas garnições, hoje como as de ontem, devem arrostar-se destemerosas sôbre o desconhecido, para os objetivos que quase sempre seus olhos não vêem, como o fazem os infantes, engenheiros e mesmo os artilheiros que, se os não enxergam pelos olhos dos serventes das peças, têm como guias seguros de ação os seus observadores terrestres e aéreos.

De que se trata para a fôrça terrestre face a um inimigo próximo ou remoto?

Primeiro, preservar o território nacional e as suas populações e recursos vitais de serem apossados por um inimigo que venha por linhas continentais, ou que, transpostos mares ou oceanos pretendam desembarcar em nossas costas.

Segundo, na impossibilidade de impedir aquela intangibilidade territorial, limitar a sua progressão ao mínimo possível e só permiti-la nas regiões secundárias, manter os pontos e zonas vitais fora de seus impactos mais violentos, ou os sofrendo o mínimo que possa conseguí-lo, até que novos recursos ou um novo dispositivo permitam atitude mais ativa.

Terceiro, buscar a decisão definitiva onde quer que se faça mister por meio de ações vigorosas sôbre pontos de aplicação bem definidos e tão vulneráveis que nos possam trazer a vitória final e a indiscutível imposição de nossa vontade.

Em qualquer das três fases em que ajam as nossas fôrças há que distinguir o seguinte: dada a larga extensão fronteiriça e do nosso litoral, não será fácil manter aquela intangibilidade total, daí a sua guarda, e vigilância mesclada de cortinas e pontos ou zonas fortes apoiados mais ou menos próxima-

mente por reservas potentes em condições de frustrar ou dificultar as ações inimigas. Na segunda, do mesmo modo, enquanto se aguarda aqui ou ali a chegada de reforços, continua em grandes linhas aquêlê dispositivo assim mesclado de linhas e zonas mais ou menos fortes, apoiados logo atraz ou mais além. Finalmente, na última fase, obtida a superioridade de meios, atraído o inimigo para ambiente geográfico favorável, ainda assim essa superioridade não obriga à dispersão homogênea dêsses recursos mesmo superiores, pois é nas brechas ou brecha que se embrenhará o grosso de nosso potencial para, aprofundando-se, ir ao encontro do que tanto se busca: a decisão final favorável às nossas armas.

Informação, rapidez, oportunidade, flexibilidade, potência destruidora, eis meus senhores o que cada vez mais se exige das forças em oposição e vencerá aquela que as puser em jôgo em melhores condições.

Que características são essas acima expostas senão as que dão feição própria à cavalaria, não querendo com isto negar às demais armas que as devem ter, mas não o conseguem na medida em que o faz a cavalaria se bem empregada respeitando aquelas qualidades.

Tôda esta conversa serve para focalizar e apresentar à meditação dos senhores, à guisa de lembrança, é ôbvio, o valor que para a organização militar de terra representa a posse de uma cavalaria perfeitamente identificada com as qualidades, que acima fiz desfilar, de um organismo ativo capaz de realizar os objetivos do comando em qualquer campanha e que ora estudamos do ponto de vista terrestre.

Assim sendo, há que haver cavalaria e no caso, dado que ela tem de possuir uma organização mista, hipo e motomecanizada, temos que cuidar de ambas, já que as duas devem e podem coexistir.

Efetivamente, se a "economia de forças" objetivando ser "forte no ponto ou pontos decisivos" é o princípio capital que norteia com primazia os países vastos como o nosso

e de fraco potencial bélico, torna-se importante, imprescindível, a posse de uma cavalaria potente e manobreira, dotada em alta essência daquelas qualidades já mencionadas e que são a sua característica. Como então conseguir isto senão agrupando aqui e ali os esquadrões couraçados apoiados e apoiando as demais armas e as outras forças armadas, enquanto além, ou no mesmo setor, seu ágeis centauros retêm o inimigo mais tempo num ponto, contra-atacam mais além, cobrindo e retardando temporariamente até momentos mais propícios?

Então, devemos e podemos ter as duas cavalarias. Como, porém, nosso atual objetivo é tratar exclusivamente da cavalaria hipo, ou mais generalizadamente, do emprêgo do cavalo naquela arma e como força de transporte auxiliar nas outras, vamos procurar desvendar o que está entorpecendo o seu desenvolvimento.

A cada passo se escuta dizer que os recursos financeiros restringem-se em prejuizo desta ou daquela modalidade em que se deve processar aquêlê desenvolvimento: cortes nas verbas de aquisição de animais, redução da capacidade aquisitiva da que se destina ao forrageamento e consequente diminuição quantitativa da ração e mesmo supressão de alguma de suas partes componentes; ou recolhimento a invernações de certa percentagem do efetivo, tudo isso em detrimento da instrução e da eficiência imediata da tropa montada, com reflexos acentuados no ânimo de cavalaria-ros ou artilheiros.

O problema da cavalaria hipo comporta a seguinte equação: a *incôgnita* é o poder inerente a essa arma, condicionado às seguintes *constantes*, cujos valores não de ter sinal positivo sem o que aquela *incôgnita* poderá alcançar valor nullo, *indeterminado* ou *impossível*:

a) *criação e fomento do rebanho equino* nacional para atingir os correlatos índices qualitativos e quantitativos, êstes para atender à mobilização ininterrupta e aquêlê

dizentes com o tipo de guerra, quer de sela, carga ou tração;

b) *remonta propriamente dita (provisão animal, modernamente)*, seja pela aquisição dos elementos capazes no mercado civil, seja pela criação própria, ou ainda adotando sistema misto, o aconselhável;

c) *fornagem*, com todos os problemas que dizem de perto com uma relativa independência da administração com relação ao mercado civil, aquela propiciada pelo sistema misto de produção própria e aquisição no mercado;

d) *manutenção do estado sanitário dos efetivos e do rebanho nacional*, parte esta eminentemente técnica, da alçada do Serviço de Veterinária, cujo corpo de médicos sob a eficiente e esclarecida supervisão do seu atual chefe é uma garantia de êxito antecipado.

Vejamos cada uma daquelas constantes mais detalhadamente:

a) *quanto ao fomento e criação do rebanho equino*, as realizações do Serviço de Remonta do Exército muito dignificam os predecesores e a atual Direção da Remonta em que pese o traçado das linhas mestras de sua orientação consistente na melhoria das características técnicas do crioulo nacional pela injeção constante do sangue de raças puras de grande linhagem como as Inglesa e Árabe, Bretã e Normanda, Andaluza e Italiana, para os de sela, tração e carga, respectivamente. Acontece, contudo, que as condições gerais da economia e finanças nacionais têm limitado o âmbito de ação de nossa Remonta, cujos atuais diretores estão empenhados em dar incremento tão amplo e racional possível, o que é de se esperar de seus reconhecidos tirocínio, entusiasmo e patriotismo. Parece-me que nesse terreno, percebendo-se que o maior problema é o interesse do criador civil em ter comprador e vender em condições lucrativas, aquela alta direção pretende levar a nova orientação das compras de animais para o sentido de recriação de modo a que aquele criador tenha tanto interesse em vender cavalo como

bois. Isto se traduz na redução do mínimo de idade, igualando-a à idade vendável da res vacum. Assim fazendo, permite-se, por um lado que o preço unitário seja menor do que o que atualmente está vigorando, por outro que o Exército, tomando a si o animal nessa idade tenra, o recrie e o adestre mais racionalmente, de modo a satisfazer mais estreitamente o seu interesse específico.

Tal aspecto do problema exige outras condições de funcionamento da Remonta, cujos estabelecimentos de criação terão de ter seu número aumentado e suas áreas ampliadas devendo, por outro lado, ser afastada qualquer idéia de arrendamento de campo a particulares, questão que até hoje, sem apresentar resultados financeiros compensadores, ao contrário, só dores de cabeça tem acarretado aos responsáveis de nossa administração. No capítulo referente às forragens veremos também o reflexo do abandono dessa prática sobre o seu plantio e fornecimento à tropa por aqueles estabelecimentos;

b) *O problema da remonta aos corpos de tropa* — Tomará um outro aspecto, porquanto não mais fica na dependência quase que exclusiva do elemento civil a apresentação do cavalo tipo de guerra que assim pode ser moldado melhor pelo Exército, o seu maior interessado, não excluindo a aquisição do animal já utilizável, diretamente daquela fonte, cujo preço até mesmo poderá sofrer a influência do novo sistema;

c) *Fornagem* — Não poderá a alta administração pretender uma auto-suficiência, nem neste nem noutro setor de suprimento, porque além de impolítica, por matar a iniciativa privada, exigirá uma dispersão de esforços que devem estar dirigidos mais para os objetivos específicos do Exército. Acontece, entretanto, que, como atualmente ocorre, uma integral dependência daquela iniciativa não é nada prática nem conveniente, pois fica a administração sujeita às flutuações desordenadas de preços e há muito desperdício de verbas.

Em face do exposto, não vemos senão vantagens na mudança de orientação no sentido de que os estabelecimentos de criação passem, além de suas atribuições normais, ao cultivo extensivo e intensivo das forrageiras, principalmente, milho, alfafa e aveia e bem assim as gramineas e leguminosas que se encontram diversificadas por todo o território nacional. Sendo êste de extensão exagerada é de convir que uma centralização planificadora e controladora teria que se completar harmônicamente com uma execução descentralizada. Assim, em complementação ao fornecimento em grosso originário daqueles estabelecimentos (Coudelarias e, mesmo, Depósitos de Remonta) e ao adquirido também no mercado, as granjas regimentais, organizadas técnica e racionalmente forneceriam certas forrageiras peculiares às respectivas zonas.

Não será preciso, nesta sucinta exposição de um ponto de vista, demonstrar por cifras a viabilidade dos sistemas que aqui preconizo, bastando somente ver que o acréscimo de despesas de manutenção dos serviços propostos, se não fôr compensado integralmente pelas economias oriundas da abolição ou transformação do atual sistema, será por elas atenuado, e as vantagens se expressam no aumento da eficiência da Arma de Cavalaria e o transporte hipo pelo robustecimento da energia do cavalo, e no maior rendimento que poderá apresentar a tração e a carga feitas por elementos assim engrandecidos por medidas que me parecem, se não as mais sábias, pelo menos de melhor resultado que a prática atual!

d) *Serviço de Veterinária* — Os assuntos pertinentes a êste tópico são terrivelmente técnicos para que me atreva a focalizá-los. Resta-me, então, unicamente, destinar-lhe considerações sobre o âmbito que deverá ter a sua atividade de modo

a se entrosar mais intensa e estreitamente com os serviços civis similares em benefício de maior rendimento do fomento da criação pelos esclarecimentos que os criadores devem ter sobre os princípios da genética e práticas racionais de criar, alimentar e conservar o índice de saúde do rebanho.

No que diz de perto com o plano das forrageiras, já está assentado que deve mesmo tocar a êste serviço a sua incumbência, qual seja a de planejar e dirigir a sua produção segundo as linhas gerais acima, para destarte disciplinar as flutuações de preços que em certa medida são fruto de especulação.

Antes de finalizar, devo ressaltar que a importância do serviço de veterinária é tão grande como a estranheza que me causa não contarem os seus oficiais com algumas vagas no curso da Escola de Estado-Maior, como acontece com os médicos e intendentes.

Finalizando, modelada aproximadamente nas idéias acima, a D.G. de Remonta por suas Diretorias de Provisão Animal e de Veterinária, poderá transformar radicalmente o estado atual em que se encontra o problema do emprêgo do cavalo no Exército, principalmente na sua Arma de Cavalaria hipo, cujos elementos integrantes ficarão, assim, livres de ouvirem o que já tive ocasião de escutar de uma alta patente: "Acho pouco provável o emprêgo da cavalaria hipo na atualidade..." Tratando-se de personalidade em evidência, solicitei-lhe, com muito respeito e acatamento, que usasse o seu prestígio para a sua radical supressão de nossa organização militar, pois duas vantagens adviriam daí: seria afastada a indecisão do norteamoente por parte daqueles que se prezam como bons militares, e livrar-se-iam os ouvidos dos cavalarianos do ruído de tais heresias.